



PROTOCOLO SICCAU Nº	950.268/2019.
PROCESSO Nº	1000088881/2019.
INTERESSADO	EDUARDO JOSÉ ANDREASSI GAIESKI.
OBJETO	ANÁLISE DA CONDUTA DO INTERESSADO. INDÍCIOS DE FALTA ÉTICO-DISCIPLINAR CONSTATADOS POR MEIO DE ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA.
RELATOR	CONS. MATIAS REVELLO VAZQUEZ.

### RELATÓRIO

Em 27 de agosto de 2019, o Agente de Fiscalização do CAU/RS emitiu o Relatório de Fiscalização nº 1000088881/2019, com o seguinte teor:

“Em 26/08/2019, a Fiscalização do CAU/RS foi comunicada através de pessoa identificada como integrante do Setor de Triagem do Escritório de Licenciamento/SMDE, da Prefeitura de Porto Alegre/RS, sobre a alteração do quantitativo de área do RRT nº 6274592 sem utilização do procedimento de retificação regular. A funcionária da Prefeitura descreveu: "Em etapa de aprovação de edificação comercial, protocolada em 17.02.2019, pelo responsável técnico Eduardo José Andreassi Gaieski foi anexado o RRT Simples nº 6274592 para uma área de 522,01 m<sup>2</sup>. Posteriormente foi anexado RRT com a metragem retificada para 576,45 m<sup>2</sup>, mas o documento manteve o número original. Fizemos consulta à autenticidade do documento no SICCAU onde a área informada no segundo documento difere da que consta no site, conforme imagens em anexo". Os documentos anexos ao e-mail encontram-se nas Folhas 04 e 05. No SICCAU, observou-se que o RRT nº 6274592, do arq. e urb. Eduardo José Andreassi Gaieski (CAU nº A17946-9), possui área de projeto arquitetônico de 522,01 m<sup>2</sup> (fl. 06). Situação similar foi relatada no Processo de Fiscalização nº 1000086665/2019, para o mesmo interessado, o qual foi remetido à GETEC para condução à CEP-CAU/RS em 12/07/2019. Considerando que se desconhece a ocorrência de infração prevista na Resolução CAU/BR nº 22/2012; contudo, dado o indício de falsificação de documento público, crime previsto no Código Penal, decidiu-se por remeter o caso, em conformidade com a Resolução CAU/BR nº 143/2017, art. 12, à Comissão de Exercício Profissional - CEP - CAU/RS para deliberar sobre a pertinência da instauração de processo ético disciplinar a cargo da Comissão de Ética e Disciplina - CED - CAU/RS e demais providência cabíveis. É o relatório.”

Aos autos do processo, foram juntados: as conversas eletrônicas efetuadas entre o CAU/RS e o Escritório de Licenciamento da Prefeitura de Porto Alegre/RS (fls. 02/03); o RRT nº 6274592 e os documentos supostamente adulterados (fls. 04/06).

O processo, então, foi remetido à Comissão de Exercício Profissional CEP-CAU/RS para análise e deliberação.

### VOTO FUNDAMENTADO

As provas colhidas nos autos demonstram que o profissional, arquiteto e urbanista, Sr. EDUARDO JOSÉ ANDREASSI GAIESKI, registrado no CAU sob o nº A179469, utilizou-se do RRT nº 6274592, com indícios de manipulação digital, com o fim de obter a aprovação de projetos arquitetônicos junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Porto Alegre – SMDE/PMPA.

Os fatos narrados pelo Agente de Fiscalização do CAU/RS, Analista de Nível Superior – Arquiteto e Urbanista, Sr. Cássio Lorensini, matrícula nº 105 (fl. 0-7), permitem a verificação da existência, em tese, de infração ético-disciplinar e a data de sua ocorrência, tendo em vista que na versão do RRT nº 6274592, impressa em 21/08/2019, às 07:57:53, a metragem quadrada é de 576,45 m<sup>2</sup> (fl. 04v); enquanto que, no RRT, disponível no SICCAU consta a metragem quadrada de 522,01 m<sup>2</sup> (fl. 06).

Nos autos, foram juntados os documentos relativos às condutas praticadas pela profissional, os quais apontam, como possíveis depoentes ou testemunhas, não só o Agente de Fiscalização do CAU/RS,



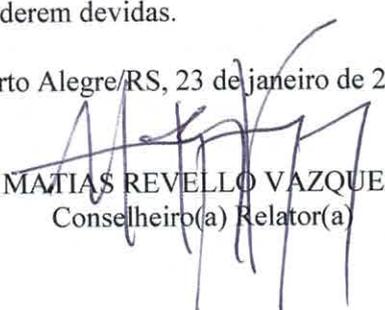
Analista de Nível Superior – Arquiteto e Urbanista, Sr. Cássio Lorensini, mas também a servidora do município de Porto Alegre, arquiteta e urbanista, Sra. Sabrina Medeiros Rodrigues.

Além disso, no que tange à autoria dos fatos narrados, as provas existentes demonstram que o profissional, por si só, no mínimo, protocolou os documentos (possivelmente adulterados) junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Porto Alegre – SMDE/PMPA, com a intenção de obter a aprovação de projetos arquitetônicos (fls. 02/03).

Diante disso, tendo em vista que a conduta perpetrada pelo profissional, arquiteto e urbanista, Sr. EDUARDO JOSÉ ANDREASSI GAIESKI, registrado no CAU sob o nº A179469, caracteriza-se como possível infração às normas ético-disciplinares do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, voto por:

- a. Submeter à Comissão de Ética e Disciplinar – CED-CAU/RS a análise da conduta do Profissional, Arquiteto e Urbanista, Sra. EDUARDO JOSÉ ANDREASSI GAIESKI, registrado no CAU sob o nº A179469, que supostamente falsificou documento público, no todo ou em parte, alterou documento público verdadeiro, ou utilizou documento falsificado ou alterado com a finalidade de obter a aprovação de projeto arquitetônico junto ao órgão municipal competente.
- b. Encaminhar à Presidência do CAU/RS para ciência e posterior remessa à Comissão de Ética e Disciplina – CED-CAU/RS, conforme o disposto no art. 12, da Resolução CAU/BR nº 143/2017.
- c. Solicitar à Presidência do CAU/RS que, por existirem indícios da prática de crime de falsificação de documento público, falsidade ideológica e utilização de documento falso, previstos nos artigos 297, 299 e 304, do Código Penal, praticados com o fim de obter a aprovação de projeto arquitetônico junto ao órgão municipal competente, encaminhe cópia integral do presente processo ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal para as providências que entenderem devidas.

Porto Alegre/RS, 23 de janeiro de 2020.

  
MATIAS REVELLO VAZQUEZ  
Conselheiro(a) Relator(a)



PROCESSO	1000088881/2019.
INTERESSADO	EDUARDO JOSÉ ANDREASSI GAIESKI.
OBJETO	DENÚNCIA ÉTICO-DISCIPLINAR POR MEIO DE ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA.
<b>DELIBERAÇÃO Nº 017/2020 – CEP-CAU/RS</b>	

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente em Porto Alegre/RS na sede do CAU/RS, no dia 23 de janeiro de 2020, no uso das competências que lhe conferem o art. 95, incisos VI e X, do Regimento Interno do CAU/RS, e o art. 12 da Resolução CAU/BR nº 143/2017, após análise do processo em epígrafe, e

Considerando que “o CAU/BR e os CAUs têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo”, conforme dispõe o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.378/2010;

Considerando que a atividade fiscalizatória tem por objeto “a exação do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo abrangendo as atividades, atribuições e campos de atuação dos arquitetos e urbanistas, privativos ou compartilhados com outras profissões regulamentadas, conforme os dispositivos da Lei nº 12.378, de 2010 e da Resolução CAU/BR nº 21, de 2012” e por objetivo “coibir o exercício ilegal ou irregular da Arquitetura e Urbanismo, em conformidade com a legislação vigente”, competindo-lhe “verificar, na prestação de serviços de Arquitetura e Urbanismo, a existência do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) correspondente, nos termos do que dispõe Resolução específica do CAU/BR”, conforme dispõem os artigos 4º, 5º e 6º da Resolução nº 22 do CAU/BR, respectivamente;

Considerando que compete à Comissão de Ética e Disciplina – CED-CAU/RS a análise de admissibilidade das infrações levadas ao conhecimento do CAU/RS pelos meios regulamentares, bem como a instauração e a instrução dos processos ético-disciplinares, conforme o disposto no art. 5º, da Resolução nº 143 do CAU/BR;

Considerando que, no Processo Administrativo nº 1000088881/2019, o Agente de Fiscalização do CAU/RS demonstrou que o profissional, arquiteto e urbanista, Sr. EDUARDO JOSÉ ANDREASSI GAIESKI, inscrito no CAU sob o nº A179469, em tese, falsificou documento público, no todo ou em parte, alterou documento público verdadeiro, ou utilizou documento falsificado ou alterado com a finalidade de obter a aprovação de projeto arquitetônico junto ao órgão municipal competente, tendo acostado os documentos que instruíram a atividade fiscalizatória;

Considerando os fatos expostos pelo conselheiro relator;

#### **DELIBEROU:**

1. Por aprovar o relatório e o voto fundamentado da Conselheiro Relator, emitido nos termos do art. 113, § 2º, do Regimento Interno do CAU/RS, para:
  - a. Submeter à Comissão de Ética e Disciplinar – CED-CAU/RS a análise da conduta do Profissional, Arquiteto e Urbanista, Sra. EDUARDO JOSÉ ANDREASSI GAIESKI, registrado no CAU sob o nº A179469, que supostamente falsificou documento público, no todo ou em parte, alterou documento público verdadeiro, ou utilizou documento falsificado ou



- alterado com a finalidade de obter a aprovação de projeto arquitetônico junto ao órgão municipal competente.
- b. Encaminhar à Presidência do CAU/RS para ciência e posterior remessa à Comissão de Ética e Disciplina – CED-CAU/RS, conforme o disposto no art. 12, da Resolução CAU/BR nº 143/2017.
  - c. Solicitar à Presidência do CAU/RS que, por existirem indícios da prática de crime de falsificação de documento público, falsidade ideológica e utilização de documento falso, previstos nos artigos 297, 299 e 304, do Código Penal, praticados com o fim de obter a aprovação de projeto arquitetônico junto ao órgão municipal competente, encaminhe cópia integral do presente processo ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal para as providências que entenderem devidas.
2. Por encaminhar a presente Deliberação à Presidência do CAU/RS para que, nos termos do art. 116, do Regimento Interno do CAU/RS, sejam tomadas as devidas providências.

Porto Alegre/RS, 23 de janeiro de 2020.

**ORITZ ADRIANO ADAMS DE CAMPOS**

Coordenador

**HELENICE MACEDO DO COUTO**

Coordenadora Adjunta

**MATIAS REVELLO VAZQUEZ**

Membro

**ROBERTO LUIZ DECÓ**

Membro

**EVELISE JAIME DE MENEZES**

Suplente

**MARISA POTTER**

Suplente

**BERNARDO HENRIQUE GEHLEN**

Suplente

**MARCIA ELIZABETH MARTINS**

Suplente

Handwritten signatures in blue ink over horizontal lines. The signatures are: 1. A circular stamp-like signature at the top. 2. A signature that appears to be 'Matias Revello Vazquez'. 3. A signature that appears to be 'Roberto Luiz Decó'. 4. A signature that appears to be 'Evelise Jaime de Menezes'. 5. A signature that appears to be 'Marisa Potter'. 6. A signature that appears to be 'Bernardo Henrique Gehlen'. 7. A signature that appears to be 'Marcia Elizabeth Martins'.